

NU PAGAMENTOS S.A.

**Demonstrações
financeiras
consolidadas
do conglomerado
prudencial**

30 de junho

Diretoria

NU PAGAMENTOS S.A.

DIRETOR PRESIDENTE

David Vélez Osorno

DIRETORES

Adam Edward Wible

Alessandro da Costa Prado*

Bruno Magrani de Souza

Cristina Helena Zingaretti Junqueira

Guilherme Marques do Lago

Henrique Camossa Saldanha Fragelli

Marcelo Kopel

Renee Grace Mauldin Atwood

Vitor Guarino Olivier

CONTADOR

Marlon Soares Fernandes

CRC - 1SP-295873/O-5

*Diretor responsável pela contabilidade



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa nº 2 - Base de preparação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descrevem que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

A Instituição elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 14 de agosto de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Rodrigo Bassi'. The signature is written in a cursive, flowing style.

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balanços patrimoniais consolidados

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.550.404	3.839.048
Disponibilidades		135.765	570.765
Aplicações interfinanceiras de liquidez		7.414.639	3.268.283
Instrumentos financeiros		23.868.042	21.094.706
Títulos e valores mobiliários	6	12.429.403	9.629.841
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.405	1.183
Operações de crédito	8	12.492.619	12.386.186
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(1.058.385)	(922.504)
Outros créditos	9	517.826	596.925
Créditos tributários	22	471.465	376.182
Imobilizado de uso		58.669	44.848
Intangível		13.796	5.094
Depreciações e amortizações		(19.024)	(12.728)
Total do Ativo		32.461.178	25.944.075
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		30.873.633	24.455.766
Depósitos	10	17.363.365	10.854.503
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	502.589	487.906
Relações interfinanceiras	12	12.019.347	12.033.071
Obrigações por empréstimos	13	373.943	387.194
Obrigações por empréstimos colateralizados	14	605.179	684.866
Instrumentos financeiros derivativos	7	9.210	8.226
Outras obrigações	15	394.976	313.951
Provisões	16	85.203	84.444
Receita diferida		92.911	85.258
Obrigações fiscais diferidas	22	37.179	2.814
Total do Passivo		31.483.902	24.942.233
Patrimônio líquido	18	977.276	1.001.842
Capital social		1.557.410	1.557.410
Reservas de capital		153.376	104.275
Outros resultados abrangentes		21.292	(61)
(-) Prejuízos acumulados		(754.802)	(659.782)
Total do Passivo e Patrimônio líquido		32.461.178	25.944.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações do resultado consolidados

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2020	2019
Receitas da intermediação financeira	19	2.079.217	1.018.812
Receita de operações de crédito		774.281	417.793
Receita de tarifas e similares		901.531	432.585
Resultado de títulos e valores mobiliários		378.523	169.173
Resultado de negociação de derivativos		24.882	(739)
Despesas da intermediação financeira	20	(758.932)	(309.606)
Despesa de juros e similares		(294.116)	(153.264)
Despesa com tarifas e similares		(390.936)	(155.575)
Variação cambial		(73.880)	(767)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		1.320.285	709.206
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(391.394)	(335.781)
Resultado de intermediação financeira		928.891	373.425
Outras receitas/despesas operacionais	21	(1.057.834)	(572.083)
Outras despesas relacionadas a crédito		(131.127)	(107.454)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados		(254.649)	(99.939)
Despesas de pessoal		(320.112)	(150.153)
Despesas tributárias		(147.248)	(77.042)
Despesas de provisões		(759)	(226)
Outras despesas administrativas		(177.124)	(121.953)
Outras receitas operacionais		15.853	1.166
Outras despesas operacionais		(42.668)	(16.482)
Resultado antes de tributos e participações		(128.943)	(198.658)
Tributos e participações	22	33.923	59.146
Provisão para imposto de renda		(25.550)	(7.867)
Provisão para contribuição social		(15.682)	(4.902)
Imposto fiscal diferido		75.155	71.915
Resultado líquido		(95.020)	(139.512)
Prejuízo por ação (em R\$)		(0,60)	(0,89)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2018		1.368.171	86.197	-	(379.174)	1.075.194
Outorgas de Plano de ações	18	-	32.506	-	-	32.506
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	397	-	397
Resultado do semestre		-	-	-	(139.512)	(139.512)
Saldo em 30/06/2019		1.368.171	118.703	397	(518.686)	968.585
Mutações no período		-	32.506	397	(139.512)	(106.609)
Saldo em 31/12/2019		1.557.410	104.275	(61)	(659.782)	1.001.842
Outorgas de Plano de ações	18	-	49.101	-	-	49.101
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	20.220	-	20.220
Ajustes de avaliação patrimonial - marcação a mercado	6	-	-	1.133	-	1.133
Resultado do semestre		-	-	-	(95.020)	(95.020)
Saldo em 30/06/2020		1.557.410	153.376	21.292	(754.802)	977.276
Mutações no período		-	49.101	21.353	(95.020)	(24.566)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do semestre		(95.020)	(139.512)
Ajustes ao resultado líquido:			
Depreciação/amortização	21	6.292	3.196
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	423.484	368.536
Resultado com tributos diferidos	22	(75.155)	(71.915)
Despesas de provisões	16	759	28.870
Varição de valor justo de títulos e valores mobiliários		(73.216)	(2.582)
Varição de valor justo de instrumentos financeiros passivos	11	997	3.410
Varição de valor justo de instrumentos financeiros derivativos		31.462	(86)
Varição cambial de obrigações por empréstimos	13	82.854	(2)
Juros de obrigações por empréstimos	13	9.450	5.495
Juros de obrigações por empréstimos colateralizados	14	15.410	20.035
Juros de recursos de aceites e emissão de títulos	11	13.686	3.210
Plano de ações		49.101	32.506
Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(7.038)	479
Resultado ajustado		383.066	251.640
(Aumento)/redução líquido de ativos:			
Títulos e valores mobiliários para negociação		(2.558.803)	(117.391)
Operações de crédito		(394.036)	(1.944.417)
Outros créditos		102.737	(44.635)
Aumento/(redução) líquido de passivos:			
Depósitos		6.508.862	2.781.397
Relações interfinanceiras		(13.724)	1.877.342
Outras obrigações		81.025	25.243
Receita diferida		7.653	17.657
Pagamento de juros		(24.177)	(24.810)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(28.501)	(13.636)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		4.064.102	2.808.390
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários, exceto para negociação		(165.650)	(549.553)
Aquisição de ativo imobilizado		(13.820)	(4.857)
Aquisição de ativo intangível		(3.839)	(439)
Baixas de ativo imobilizado		-	1.827
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento		(183.309)	(553.022)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de obrigações de recursos e aceites	11	-	380.753
Aumento de obrigações por empréstimos colateralizados	14	-	500.000
Pagamento de obrigações por empréstimos colateralizados	14	(79.092)	-
Aumento de instrumentos de dívida elegíveis a capital	11	-	74.110
Aumento de obrigações por empréstimos	13	-	150.000
Pagamento de principal de obrigações por empréstimos	13	(97.383)	(205.881)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		(176.475)	898.982
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		3.839.048	972.357
Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		7.038	(479)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		7.550.404	4.126.228
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.704.318	3.154.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nu Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Nubank”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros - São Paulo - SP - Brasil. O conglomerado prudencial é composto pela Nu Pagamentos e suas controladas, aqui denominado Nubank ou Grupo.

O Nubank tem por objeto as atividades de emissão e administração de cartões de créditos e de programa de fidelidade, a transferência de pagamentos pós-pagos, créditos digitais (recarga de celular), gestão de depósitos e de conta de pagamento pré-pago, assim como oferecer operações de crédito a seus clientes. O Nubank possui como principais produtos: (i) o cartão de crédito internacional com a bandeira Mastercard, controlado por meio de aplicativo para smartphones, e que possui o programa de pontos Nubank Rewards, (ii) a Conta do Nubank, uma conta de pagamento 100% digital, sem tarifas, com remuneração de 100% da taxa DI e com opção de depósitos em RDB, transferências entre contas do Nubank e TEDs para todos os bancos, pagamento de boletos, saques através da rede de caixas eletrônicos 24 horas, recarga de celular e função débito e (iii) contratação de empréstimo pessoal totalmente customizável em termos de valores e prazos.

A Nu Pagamentos foi constituída em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso, tais clientes passarão a ser rentáveis para a Companhia.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões, juntamente com o crescimento previsto no volume de operações de empréstimo pessoal pela Nu Financeira aos clientes portadores de contas pagamento (Conta do Nubank) da Nu Pagamentos e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios do Grupo.

Em 18 de maio de 2017, a Nu Pagamentos foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós-pago e, em 19 de julho de 2019, foi autorizado para prestar serviços de pagamento relativo à modalidade de moeda eletrônica, pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Em 21 de novembro de 2018, a Nu Financeira foi autorizada a operar na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, pelo BACEN.

A Companhia possui entre suas controladas a Nu Financeira S.A. - SCFI (“Nu Financeira”), a qual tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

No primeiro semestre de 2020, em função do COVID-19, a Companhia implementou uma série de medidas visando garantir a saúde e segurança de seus funcionários, prestadores de serviço e de seus clientes, bem como manter a qualidade do serviço prestado.

O Nubank foi uma das primeiras empresas brasileiras a rapidamente transacionar para o modelo de trabalho remoto de todos os funcionários, que eram 2.500 funcionários à época, incluindo o envio de computadores, monitores, teclados e até mesmo cadeiras ergonômicas, garantindo a saúde de seus funcionários e que as operações se mantivessem com o mesmo nível de qualidade. Em decorrência do sucesso deste modelo, foi possível continuar contratando, globalmente, novos funcionários.

Para os clientes, foi desenhado um plano que pudesse auxiliá-los em outras esferas que vão além da gestão de suas finanças. Houve direcionamento da verba de marketing e outros ganhos de eficiência, cerca de 20 milhões de reais, à campanha “Pessoas Primeiro” para atender a pedidos específicos de clientes com apoio para compras em supermercado, consumo em restaurantes, medicina e assistência psicológica. Além disto, as condições de refinanciamento para pagamento da fatura de cartão de crédito e de clientes que contraíram crédito pessoal foram flexibilizadas, com políticas de taxa de juros menores e com prorrogação de vencimentos.

O Nubank também foi responsável por auxiliar cerca de 533 mil clientes a receberem diretamente o auxílio emergencial de 600 reais do governo federal, totalizando mais de 407 milhões de reais em repasses.

O Nubank criou ainda uma nova função no aplicativo para que clientes possam contribuir com a luta contra a COVID-19 através de doações para destinação a diversas instituições que estão atuando ativamente no combate à pandemia.

Desde o início da crise oriunda do COVID-19, o Nubank prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Dentro dos comitês, mudanças no perfil de risco e comportamento dos clientes são capturadas tempestivamente auxiliando na mitigação do risco de crédito e na tomada de decisão estratégica de curto prazo para enfrentamento da crise, bem como de longo prazo para o pós crise. Os resultados foram utilizados para balizar decisões de negócio pautadas pela sustentabilidade e gestão de riscos.

Por fim, em decorrência do COVID-19, houve uma queda na média do volume de compras com o cartão de crédito durante o período mais crítico da pandemia, o que afetou as receitas de intercâmbio e de operações de crédito, assim como a carteira de recebíveis de transações de cartão de crédito e os valores a liquidar com a bandeira, porém até o final do semestre findo em junho de 2020, o volume de compras voltou aos patamares anteriores.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e observando as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, conforme disposto na circular nº 3.833/17 do BACEN, e demais regulamentações complementares do BACEN. Dessa maneira, foram observados requisitos específicos para a consolidação das demonstrações financeiras do Nubank e suas controladas e fundos de investimentos que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo considerou o disposto na Resolução nº 4.720 do CMN e a Circular nº 3.959 do BACEN, de 13 de maio de 2019 e 4 de setembro de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios do Grupo.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela administração em 21 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de cartão de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Reapresentação do Balanço patrimonial e da Demonstração do resultado consolidados

A Resolução nº 4.720 do CMN e a Circular nº 3.959 do BACEN, de 13 de maio de 2019 e 4 de setembro de 2019, respectivamente, estabeleceram critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras a serem aplicados prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2020 que alteraram de forma relevante a apresentação das demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram reapresentadas para conformidade com essas normas. Não houve alteração no saldo total do ativo, patrimônio líquido e resultado líquido do período.

Balanço patrimonial

	<u>31/12/2019</u> (Originalmente apresentado)	Reclassificações	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	3.839.048
Disponibilidades.....	570.765	-	570.765
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	3.268.283	-	3.268.283
Instrumentos financeiros.....	-	-	21.094.706
Títulos e valores mobiliários e derivativos.....	9.630.571	(9.630.571)	-
Relações interfinanceiras.....	368	(368)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	9.629.841	9.629.841
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	1.183	1.183
Operações de crédito.....	253.971	12.132.215	12.386.186
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(20.110)	(902.394)	(922.504)
Outros créditos.....	12.161.541	(11.564.616)	596.925
Outros valores e bens.....	41.472	(41.472)	-
Créditos tributários.....	-	376.182	376.182
Imobilizado de uso.....	32.739	12.109	44.848
Intangível.....	4.475	619	5.094
Depreciações e amortizações.....	-	(12.728)	(12.728)
Total do Ativo.....	<u>25.944.075</u>	-	<u>25.944.075</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2019</u>
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	-	-	24.455.766
Depósitos.....	9.428.641	1.425.862	10.854.503
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	399.888	88.018	487.906
Relações interfinanceiras.....	11.971.391	61.680	12.033.071
Obrigações por empréstimos.....	387.194	-	387.194
Obrigações por empréstimos colateralizados.....	-	684.866	684.866
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	8.226	8.226
Outras obrigações.....	2.669.861	(2.355.910)	313.951
Provisões para contingências.....	-	84.444	84.444
Receita diferida.....	-	85.258	85.258
Obrigações fiscais diferidas.....	-	2.814	2.814
Resultados de exercícios futuros.....	85.258	(85.258)	-
Patrimônio líquido	1.001.842	-	1.001.842
Capital social.....	1.557.410	-	1.557.410
Reservas de capital.....	104.275	-	104.275
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(61)	61	-
Outros resultados abrangentes.....	-	(61)	(61)
(-) Prejuízos acumulados.....	(659.782)	-	(659.782)
Total do Passivo e Patrimônio líquido	25.944.075	-	25.944.075

A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Houve ainda a adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como:

- Caixa e equivalentes de caixa - agrupamento de Disponibilidades e Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Instrumentos financeiros - agrupamento de Títulos e valores mobiliários, Operações de crédito, Instrumentos financeiros derivativos e Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Depósitos e demais instrumentos financeiros - agrupamento de Depósitos, Recursos de aceites e emissão de títulos, Relações interfinanceiras, Obrigações por empréstimos, Obrigações por empréstimos colateralizados e Instrumentos financeiros derivativos.

Demonstração do resultado

	<u>30/06/2019</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>30/06/2019</u>
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Receitas de intermediação financeira.....	-	1.018.812	1.018.812
Despesas da intermediação financeira.....	-	(309.606)	(309.606)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas.....	-	709.206	709.206
Receita operacional.....	355.110	(355.110)	-
Custo dos serviços prestados.....	(394.405)	394.405	-
Resultado Bruto.....	(39.295)	39.295	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	-	(335.781)	(335.781)
Resultado de intermediação financeira.....	-	373.425	373.425
Outras receitas/despesas operacionais.....	(631.934)	267.244	(572.083)
Outras despesas relacionadas a crédito.....	-	(107.454)	(107.454)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados.....	-	(99.939)	(99.939)
Despesas de pessoal.....	(150.153)	-	(150.153)
Despesas tributárias.....	-	(77.042)	(77.042)
Provisões.....	-	(226)	(226)
Outras despesas administrativas.....	(123.703)	1.750	(121.953)
Outras receitas operacionais.....	32.807	(31.641)	1.166
Outras despesas operacionais.....	(22.349)	5.867	(16.482)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(368.536)	368.536	-
Resultado operacional.....	(671.229)	472.571	(198.658)
Receitas financeiras.....	658.940	(658.940)	-
Despesas financeiras.....	(186.369)	186.369	-
Resultado financeiro.....	472.571	(472.571)	-
Resultado antes de tributos e participações.....	(198.658)	-	(198.658)
Tributos e participações.....	59.146	-	59.146
Resultado líquido.....	(139.512)	-	(139.512)

- A abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito”;
- Mudança da alocação da “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito” passando a ser apresentada anterior ao “Resultado de intermediação Financeira”;
- Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos contábeis da Nu Pagamentos e todas as suas subsidiárias. O controle é alcançado onde a Companhia (i) possui poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou possui direitos, a retornos variáveis do seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar seu poder para afetar seus retornos. As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas no mesmo período da Companhia e aplicando políticas contábeis consistentes.

A Companhia reavalia se controla ou não uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há alterações em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém controle sobre a controlada e cessa quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a subsidiária.

O lucro ou prejuízo e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos ao patrimônio líquido da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes nas demonstrações financeiras das subsidiárias para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as subsidiárias listadas abaixo:

Entidade	Controle	País	2020	2019
Nu Payments, LLC (i)	Direto	EUA	100%	100%
Nu Investimentos Ltda. (ii)	Direto	Brasil	100%	100%
Nu Financeira S.A. - SCFI (iii)	Direto	Brasil	100%	100%

(i) Nu Payments, LLC: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas de Delaware nos Estados Unidos da América;

(ii) Nu Investimentos Ltda.: Sociedade limitada, subsidiária direta da Companhia, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas em 3 de janeiro de 2018; e

(iii) Nu Financeira S.A. - SCFI: Instituição financeira autorizada pelo BACEN, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, em 28 de fevereiro de 2018.

Adicionalmente, foram consolidados os fundos de investimento em que o Nubank assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, a saber:

Fundo	País
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NU	Brasil
Nu Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil
Fundo de Investimento Ostrum Soberano Renda Fixa Referenciado DI	Brasil
Nu Fundo de Investimento em Ações	Brasil

Os saldos e transações com partes relacionadas e quaisquer receitas e despesas não realizadas decorrentes de transações com partes relacionadas são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados decorrentes de transações com investidas registradas em ações são eliminados contra o investimento na medida do interesse da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as entidades consolidadas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular 3.068, de 08 de novembro de 2001 do BACEN, está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como estando em uma relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato de derivativo é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de *valuation*, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Os ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(i) Hedge

O Grupo aplica contabilidade de hedge para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco conforme a circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN. No momento em que um instrumento financeiro é designado como hedge (ou seja, no início do hedge), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de hedge e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de hedge na compensação da exposição a alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, o Grupo avalia formalmente, tanto no início do hedge como de forma contínua, se os derivativos de hedge foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um hedge é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, o Grupo pode esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de hedge é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do hedge, os derivativos podem ser designados como: (i) hedge da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (hedge de risco de mercado); (ii) hedge da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (hedge de fluxo de caixa); ou (iii) hedge de investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido). O Grupo aplica contabilidade de hedge de fluxo de caixa e de risco de mercado, mas não aplica de hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior.

(ii) Contabilização do hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo dos hedges de fluxo de caixa qualificados é reconhecida em outros resultados abrangentes na reserva de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Quando um instrumento de hedge expira ou é vendido, ou quando um hedge não mais atende aos critérios de contabilização de hedge, qualquer ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos na demonstração do resultado quando a transação prevista é reconhecida na demonstração de resultados. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que foi reconhecido no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado. O Grupo está exposto ao risco cambial sobre as transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços e despesas administrativas.

(iii) Contabilização do hedge de risco de mercado

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do hedge que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado como resultado de negociação e similares. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios de designação de hedge de risco de mercado, a estratégia é descontinuada e o valor justo dos objetos protegidos permanecem registrados no Balanço patrimonial, sendo incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente através de uma nova taxa de juros.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída a um nível com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

O Grupo possui controles para garantir que nossas medições do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

e. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

A principal provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros refere-se às perdas esperadas associadas ao risco de crédito, sendo descritas no item a seguir.

f. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidos.

Aplicável para as operações sujeitas ao risco de crédito, conforme definido em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

O Grupo observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito mínima requerida. Ainda, para a constituição da provisão complementar à mínima requerida, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas futuras da instituição, levando em consideração as diretrizes da resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo - 0% de provisão) e H (risco máximo - 100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H.

Metodologia Interna

A metodologia interna para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17 do CMN. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima requerida pela resolução nº 2.682/99 do CMN, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela resolução nº 2.682/99 do CMN.

O Grupo conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos de perda esperada, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

g. Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes a custos para originação de operações de cartão de crédito, sendo os mais relevantes os custos de emissão de cartões. Os custos de emissão de cartões são amortizados utilizando o método linear com base na expectativa da vida útil do cartão.

h. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos do Grupo e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

A vida útil dos itens do imobilizado e intangível é a seguinte:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Intangível	5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, o imobilizado e os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável: o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos custos de venda e seu valor em uso. A unidade geradora de caixa representa o nível mais baixo no qual os ativos não financeiros, incluindo o ágio, se existentes, são monitorados para fins de gerenciamento interno e não são maiores que um segmento operacional.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O valor em uso é calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados pela administração, obtidos como resultado do uso continuado do ativo, incluindo aqueles resultantes de sua alienação final, a uma taxa de desconto baseada no mercado e antes dos impostos.

Os valores contábeis do ativo imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis devem ser reduzidos pelo valor de qualquer redução ao valor recuperável e a perda é reconhecida na demonstração do resultado no período em que ocorre. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida, relativa ao ativo imobilizado, pode ser revertida parcial ou totalmente quando uma mudança nas circunstâncias leva a uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado. O valor contábil do imobilizado somente será aumentado até o valor que teria sido se a redução ao valor recuperável original não fosse reconhecida.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhum ajuste no valor recuperável para ativos não financeiros foi registrado nas demonstrações financeiras consolidadas.

j. Depósitos

A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros. Certos depósitos representam operações vinculadas sendo a liquidação da obrigação condicionada ao recebimento do respectivo crédito na operação ativa.

k. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

l. Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, à bandeira Mastercard relativos às operações de cartões de crédito e a outros sistemas de liquidação.

m. Obrigações por empréstimos

Correspondem a empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

n. Receita diferida

Entende-se como receita diferida as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva dependente apenas da fluência do prazo.

A Companhia possui um programa de recompensa para seus clientes de cartão de crédito chamado "Nubank Rewards". O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com a utilização do cartão de crédito na proporção de R\$ 1,00 (um Real) igual a 1 ponto. O número de pontos gerados pode ser maior para transações com algumas empresas parceiras ou para transações que atendem às pré-condições do Nubank. Os pontos não expiram e não há limite para a quantidade de recompensas que um membro elegível do cartão pode ganhar. O resgate dos pontos é realizado mediante a compensação dos pontos com compras feitas pelo usuário em várias categorias de despesas, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte e música.

O valor financeiro estimado desses pontos inicialmente reduz a receita de intercâmbio e é apresentado como passivo diferido. A receita é registrada quando os pontos são resgatados pelos clientes.

o. Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de consultores jurídicos quando for provável que sejam necessários recursos financeiros para liquidar as obrigações e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

p. Plano de opção de compra de ações e RSUs

O Grupo mantém um plano estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações e *Restricted Stock Units* (RSU), de ações da Nu Holdings Ltd. que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais para fins de CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.

O objetivo é conceder, aos colaboradores do Grupo, a opção de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas. O valor justo das opções e RSUs concedidas pela Holding, calculado na data de cada outorga, é reconhecido no resultado da Companhia durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio líquido da Companhia. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e RSUs cujos direitos devem ser exercidos e adquiridos com base nas condições estabelecidas. Para fins contábeis, o valor justo das opções e dos RSUs não são revisados posteriormente à data de outorga.

A Companhia provisiona os impostos corporativos com base no valor justo das ações e reconhece no resultado da Companhia durante o período no qual o direito é adquirido em contrapartida de Outras obrigações, refletindo transações com pagamento baseado em transação com ações liquidada em caixa. Adicionalmente, a Companhia retém ações no momento da aquisição do direito com o objetivo de liquidar os impostos devidos pelo empregado; e o valor justo das ações retidas é reconhecido como dedução da reserva de capital. Os impostos são pagos de acordo com o recebimento das ações pelos empregados e seu cálculo é ajustado sempre que há alteração no valor justo da ação ordinária da Companhia.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na rubrica despesa com pessoal na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido para os valores outorgados de opções e RSUs; e em contrapartida do passivo a reserva de capital para os valores referentes a provisão de impostos sobre o RSUs.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente, originam-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais). Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

r. Resultado por ação

O resultado por ação do Grupo é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a. Disponibilidades

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	33	152
Banco - conta movimento	54.337	499.341
Outras reservas livres	56.265	61.919
Disponibilidade em moeda estrangeira	25.130	9.353
Total	135.765	570.765

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>0 - 30</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto	7.414.639	7.414.639	3.251.145
Posição bancada	6.314.641	6.314.641	2.495.147
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	56.994
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.360.644	1.360.644	42.158
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.953.997	4.953.997	2.395.995
Vinculados a saldos em conta pré-paga	1.099.998	1.099.998	755.998
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	377.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.099.998	1.099.998	377.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	17.138
Total	7.414.639	7.414.639	3.268.283

As aplicações interfinanceiras realizadas pela Companhia são *overnight*, desta forma a Companhia não possui aplicações interfinanceiras de longo prazo.

A taxa média das aplicações compromissadas em 30 de junho de 2020 correspondem a aproximadamente 100% da taxa referencial de juros ("DI"). A taxa média das aplicações compromissadas e das operações interfinanceiras em 31 de dezembro de 2019 variam entre 100% e 102,45% do DI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira própria.....	7.446.479	2.178.968
Vinculados a saldos em conta pré-paga.....	3.634.303	5.149.446
Vinculados à prestação de garantias.....	1.348.621	2.301.427
Total	12.429.403	9.629.841
Circulante.....	12.429.403	9.628.801
Não circulante.....	-	1.040

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	<u>30/06/2020</u>				<u>31/12/2019</u>	
	<u>Custo Amortizado</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Sem Vencimento</u>	<u>Abaixo de 365</u>	<u>Acima de 365</u>	<u>Valor de Mercado</u>
Carteira própria	7.368.710	7.446.479	574.271	1.091.995	5.780.213	2.178.968
Para negociação.....	6.795.998	6.872.208	-	1.091.995	5.780.213	2.129.424
Disponível para venda.....	572.712	574.271	574.271	-	-	49.544
Vinculados a saldos em conta pré-paga	3.634.730	3.634.303	-	3.101.714	532.589	5.149.446
Para negociação.....	3.634.730	3.634.303	-	3.101.714	532.589	5.149.446
Vinculados à prestação de garantias	1.342.923	1.348.621	-	89.843	1.258.778	2.301.427
Para negociação.....	1.342.923	1.348.621	-	89.843	1.258.778	1.944.243
Disponível para venda.....	-	-	-	-	-	357.184
Total	12.346.363	12.429.403	574.271	4.283.552	7.571.580	9.629.841

b. Para negociação

	30/06/2020				31/12/2019
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	6.795.998	6.872.208	1.091.995	5.780.213	2.129.424
Títulos públicos - Brasil	6.058.544	6.134.754	354.541	5.780.213	1.875.622
Letras Financeiras do Tesouro	1.618.232	1.617.969	354.541	1.263.428	34.866
Letras do Tesouro Nacional	4.438.267	4.514.660	-	4.514.660	1.838.635
Notas do Tesouro Nacional	2.045	2.125	-	2.125	2.121
Títulos privados	737.454	737.454	737.454	-	253.802
Certificados de depósitos bancários (i)	737.454	737.454	737.454	-	253.802
Vinculados a saldos em conta pré-paga	3.634.730	3.634.303	3.101.714	532.589	5.149.446
Títulos públicos - Brasil	3.634.730	3.634.303	3.101.714	532.589	5.149.446
Letras Financeiras do Tesouro	3.634.730	3.634.303	3.101.714	532.589	4.986.380
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	163.066
Vinculados a prestação de garantias	1.342.923	1.348.621	89.843	1.258.778	1.944.243
Títulos públicos - Brasil	273.778	279.690	88.305	191.385	309.322
Letras Financeiras do Tesouro	88.348	88.337	88.305	32	120.643
Letras do Tesouro Nacional	185.426	191.349	-	191.349	188.675
Notas do Tesouro Nacional	4	4	-	4	4
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDBV	1.067.491	1.067.277	-	1.067.277	1.633.185
Letras Financeiras do Tesouro	1.067.491	1.067.277	-	1.067.277	1.633.185
Títulos privados	1.654	1.654	1.538	116	1.736
Certificados de depósitos bancários (i)	1.510	1.510	1.510	-	1.736
Letras de câmbio	116	116	-	116	-
Recibos de depósitos bancários (i)	28	28	28	-	-
Total	11.773.651	11.855.132	4.283.552	7.571.580	9.223.113

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e recibos de depósitos bancários (RDB) pós fixados. A administração da Companhia concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, é considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

c. Disponível para venda

	30/06/2020				31/12/2019	
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Sem Vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	572.712	574.271	574.271	-	-	49.544
Cotas de fundos de investimento (i)	572.712	574.271	574.271	-	-	49.544
Cotas de fundos de investimento	572.712	574.271	574.271	-	-	49.544
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	-	-	357.184
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	356.144
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	356.144
Títulos privados	-	-	-	-	-	1.040
Letras de câmbio	-	-	-	-	-	114
Recibos de depósitos bancários	-	-	-	-	-	926
Total	572.712	574.271	574.271	-	-	406.728

(i) Refere-se majoritariamente à aplicação em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, que investe principalmente em títulos soberano brasileiros com rendimento de 97% do CDI. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

Os ajustes ao valor de mercado não realizados dos títulos disponíveis para venda que se encontram em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido somam R\$1.559 e R\$0 em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

a. Valores de referência por fator de risco e prazo de vencimento

	30/06/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	2.331.539	109.316	187.657	2.628.512	3.235.027
Taxa de juros	1.832.595	109.316	187.657	2.129.568	561.238
Moeda estrangeira	498.944	-	-	498.944	2.673.789
Compromissos de venda	80.866	185.733	4.744.927	5.011.526	2.000.596
Taxa de juros	80.866	185.733	4.744.927	5.011.526	2.000.596
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-
Contratos de swaps	-	-	53.100	53.100	53.100
Taxa de juros	-	-	53.100	53.100	53.100
Total	2.412.405	295.049	4.985.684	7.693.138	5.288.723

b. Valor a receber e a pagar de contratos de futuros por fator de risco

	30/06/2020		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	7.141.094	172	5.437
Futuro - DI	7.141.094	172	5.437
Moeda estrangeira	498.944	3.483	3.773
Futuro - Dólar	488.243	3.411	3.748
Futuro - Euro	10.701	72	25
Total	7.640.038	3.655	9.210

	31/12/2019		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	4.714.364	453	5.547
Futuro - DI	4.714.364	453	5.547
Moeda estrangeira	521.260	-	2.679
Futuro - Dólar	508.840	-	2.636
Futuro - Euro	12.420	-	43
Total	5.235.624	453	8.226

Os contratos de futuros são negociados na bolsa de valores, tendo como contraparte a própria B3.

Em junho de 2020 o valor total das margens dadas em garantia pelo Grupo em operações em bolsa era de R\$279.687 (R\$309.318 em 2019) e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

c. Valores a receber e a pagar de swap por fator de risco

	30/06/2020					
	Valor de referência	Custo amortizável		Valor de mercado		Diferencial a Receber/(Pagar)
		Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap Pré x DI.....	53.100	60.155	57.404	84.149	71.420	750
Total	53.100	60.155	57.404	84.149	71.420	750

	31/12/2019					
	Valor de referência	Custo amortizável		Valor de Mercado		Diferencial a Receber/(Pagar)
		Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	
Swap Pré x DI.....	53.100	37.066	36.503	48.199	44.215	730
Total	53.100	37.066	36.503	48.199	44.215	730

Os contratos de swap possuem liquidação diária e são negociados em Balcão com instituições financeiras como contraparte.

O montante de diferencial a receber/(pagar) constante no balanço patrimonial de junho de 2020 se refere à variação de mercado entre os dias 29 e 30 do mesmo mês.

d. Análise dos derivativos designados como hedge de fluxo de caixa

Hedge de risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de moeda estrangeira em transações previstas, principalmente despesas relacionadas a custos de serviços, despesas administrativas e a empréstimos realizados no exterior.

A Companhia administra sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa de transações previstas em moeda estrangeira em relação à movimentos em moeda estrangeira, entrando em contratos de câmbio (futuros de câmbio). Esses instrumentos são celebrados de acordo com o perfil de fluxo de caixa da transação estimada.

A eficácia é avaliada mensalmente, analisando os termos críticos. Os termos críticos do instrumento de cobertura e o montante da transação prevista coberta podem ser considerados os mesmos, porque os valores nominais e subjacentes do instrumento de cobertura e da transação prevista coberta são significativamente os mesmos e as despesas previstas deverão ocorrer no mesmo mês que a data de vencimento do instrumento de hedge. Portanto, espera-se que a cobertura seja perfeitamente eficaz. Avaliações subsequentes da efetividade serão realizadas verificando e documentando se os termos críticos do instrumento de hedge e a transação prevista coberta mudaram durante o período em análise e se continuam provável. Se não houver tais mudanças em termos críticos, a Companhia continuará a concluir que a relação de cobertura é perfeitamente eficaz.

Inefetividade é esperada em função de diferenças em relação ao valor e período em que as transações previstas ocorrem e o derivativos contratados.

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(61)	-
Alterações no valor do instrumento de cobertura reconhecido em Outros Resultados Abrangentes.....	49.234	5.971
Valor reclassificado de reserva de hedge de fluxo de caixa para o resultado.....	(15.534)	(6.072)
Impostos.....	(13.480)	40
Saldo final	20.159	(61)

e. Análise dos derivativos designados como hedge de risco de mercado

Hedge de taxa de juros

A Companhia acessa o mercado para obter financiamento, emitindo dívida a uma taxa pré-fixada. Para se proteger de eventuais oscilações na mudança da taxa de juros, que é o componente de risco do objeto protegido, a Companhia realizou operações com derivativos a fim de compensar os riscos decorrentes da sua exposição a variações no valor de mercado. A eficácia é avaliada usando técnicas de regressão linear onde comparamos as variações no valor justo da dívida, excluindo a variação devido ao risco de crédito da Companhia, devido a mudança na taxa de juros com o componente ativo do derivativo de taxa de juros. A diferença entre as mudanças nos valores justos é considerado inefetividade.

Em 9 de março de 2020, a operação de hedge de risco de mercado realizada pela companhia ultrapassou os limites de efetividade estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.082/2002, sendo assim, foi descontinuada a contabilidade de hedge. O saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto do hedge existente na data do encerramento do hedge contábil, passou a ser amortizado pelo prazo contratual dessa operação. O efeito no resultado da marcação a mercado da letra financeira subordinada (objeto de hedge) reconhecido até o momento da descontinuidade do Hedge totaliza, no semestre findo em 30 de junho de 2020, R\$10,4 milhões, sendo apresentado na rubrica Resultado de operações de captação da demonstração de resultado. O impacto no resultado decorrente da amortização do valor justo do item objeto de hedge totalizou R\$772, sendo apresentado na rubrica Despesa com títulos emitidos da demonstração de resultado.

	31/12/2019				
	Objeto de hedge			Instrumento de hedge	
	Valor contábil	Variação	Inefetividade do hedge	Valor nominal	Resultado
Risco de taxa de Juros.....	88.772	8.620	373	53.100	8.993
Hedge de Captações.....	88.772	8.620	373	53.100	8.993
Total	88.772	8.620	373	53.100	8.993

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição das operações de crédito

Modalidades de crédito	30/06/2020		31/12/2019	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Empréstimo pessoal.....	332.693	(63.818)	253.971	(20.110)
Cartão de crédito.....	12.159.926	(994.567)	12.132.215	(902.394)
Total	12.492.619	(1.058.385)	12.386.186	(922.504)
Circulante.....	12.444.047	(1.049.830)	12.342.485	(917.359)
Não circulante.....	48.572	(8.555)	43.701	(5.145)

As operações de crédito do Grupo são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que não possui concentração de contraparte.

b. Composição das operações de crédito por vencimento

	30/06/2020	31/12/2019
Curso Normal	11.579.794	11.568.033
Parcelas vencidas	117.783	111.215
Até 14 dias	117.783	111.215
Parcelas a vencer	11.462.011	11.456.818
até 3 meses	8.706.759	9.016.967
3 a 6 meses	1.803.006	1.632.432
6 a 12 meses	908.456	767.556
acima de 12 meses	43.790	39.863
Curso Anormal	912.825	818.153
Parcelas vencidas	828.896	653.698
Acima de 14 dias	828.896	653.698
Parcelas a vencer	83.929	164.455
até 3 meses	49.877	100.558
3 a 6 meses	16.363	35.374
6 a 12 meses	12.907	24.685
acima de 12 meses	4.782	3.838
Total	12.492.619	12.386.186

As tabelas abaixo apresentam as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado por dias de atraso.

c. Classificação das operações de crédito por níveis de risco - Resolução 2.682/99 do CMN

Nível	30/06/2020			31/12/2019		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
A	11.333.037	-	11.333.037	11.427.616	-	11.427.616
B	77.020	37.134	114.154	73.806	86.635	160.441
C	63.606	79.218	142.824	52.245	104.519	156.764
D	40.766	116.405	157.171	6.660	84.779	91.439
E	17.928	120.730	138.658	2.638	76.898	79.536
F	8.537	103.665	112.202	197	68.487	68.684
G	5.472	90.676	96.148	21	60.552	60.573
H	33.428	364.997	398.425	4.850	336.283	341.133
Total	11.579.794	912.825	12.492.619	11.568.033	818.153	12.386.186

d. Classificação das operações de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

Nível de Risco	30/06/2020				Provisão Total	Índice de cobertura %
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Total		
1	5.958.342	15	5.958.357	(24.607)	0,41%	
2	2.352.915	381	2.353.296	(51.440)	2,19%	
3	2.246.025	1.247	2.247.272	(168.217)	7,49%	
4	687.441	7.608	695.049	(168.934)	24,31%	
5	335.071	903.574	1.238.645	(645.187)	52,09%	
Total	11.579.794	912.825	12.492.619	(1.058.385)	8,47%	

31/12/2019					
Nível de Risco	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Provisão Total	Índice de cobertura %
1	5.271.301	91	5.271.392	(26.558)	0,5%
2	3.457.914	1.113	3.459.027	(85.678)	2,5%
3	1.924.321	7.131	1.931.452	(169.394)	8,8%
4	132.540	13.319	145.859	(30.539)	20,9%
5	781.957	796.499	1.578.456	(610.335)	38,7%
Total	11.568.033	818.153	12.386.186	(922.504)	7,4%

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade desses no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão pelo modelo interno leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático. Os modelos da Companhia também consideram uma expectativa de deterioração no cenário macroeconômico em detrimento da pandemia.

Para a modalidade de empréstimos pessoais, ocorreu uma desaceleração na concessão de novos empréstimos, e uma migração natural de créditos de curso normal para curso anormal em decorrência da maturidade e formação da carteira de crédito. Os movimentos de provisão e aumento do índice de cobertura total do portfólio refletem essas alterações das características de risco do portfólio, além dos impactos macroeconômicos esperados decorrentes da crise econômica causada pela pandemia.

Para a modalidade de cartão de crédito, até o momento desta divulgação, a Companhia vem observando uma constante melhora nos indicadores de risco, atingindo patamares melhores que os observados antes da crise. Esse efeito também é capturado pelos modelos internos de crédito, refletindo em uma migração da carteira de cartão de crédito para níveis de risco melhores.

Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de risco	Probabilidade de inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019
	(Exercício)		
Saldo no início do semestre/exercício	(922.504)	(564.318)	(564.318)
(Constituição)/Reversão de provisão.....	(423.484)	(368.536)	(767.119)
Créditos baixados para prejuízo.....	287.603	201.727	408.933
Saldo no final do semestre/exercício	(1.058.385)	(731.127)	(922.504)

f. Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos

	30/06/2020	30/06/2019
Constituição de provisão.....	(700.378)	(464.551)
Reversão de provisão.....	276.894	96.015
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bruta	(423.484)	(368.536)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	32.090	32.755
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(391.394)	(335.781)

g. Operações renegociadas

O montante das operações renegociadas no semestre e exercício findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 totalizaram, respectivamente, R\$324.519 e R\$360.631.

9. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2020	31/12/2019
Valores pendentes de liquidação	178.383	318.810
Impostos e contribuições a compensar	127.880	87.928
Depósitos judiciais (Nota 16)	85.409	85.354
Outros recebíveis de transações de pagamento	54.783	44.757
Despesas antecipadas	52.553	41.472
Rendas a receber - Partes relacionadas (Nota 17)	12.394	9.213
Diversos	6.424	9.391
Total	517.826	596.925
Circulante	507.654	596.925
Não circulante	10.172	-

10. DEPÓSITOS

	30/06/2020	31/12/2019
Conta de Pagamento	3.982.939	5.334.604
Recibo de Depósito Bancário (RDB)	12.486.763	4.094.037
Recibo de Depósito Bancário Vinculado (RDB-V)	893.663	1.425.862
Total	17.363.365	10.854.503

A Conta do Nubank, conta de pagamento pré-paga do Nubank, é um produto da Nu Pagamentos. Tais depósitos são mantidos aplicados em títulos públicos, conforme requerimento da circular 3.681 do BACEN, sendo remunerados por 100% do CDI e possuem liquidez diária.

A Conta do Nubank também oferece a modalidade de depósito em Recibo de Depósito Bancário (RDB) emitido pela Nu Financeira. Tais recursos possuem liquidez diária, com remuneração indexada a 100% do CDI e garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Em novembro de 2019, a Companhia emitiu uma nova modalidade de Recibo de Depósito Bancário Vinculados (RDB-V), 100% vinculados a títulos públicos, e também distribuídos via Conta do Nubank. A partir de março de 2020 o montante de RDB-V foi reclassificado para a rubrica contábil de Depósitos a prazo (anteriormente apresentado na rubrica de dívidas subordinadas).

Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, classificados no passivo circulante.

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a. Composição dos recursos de aceites e emissão de títulos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Instrumentos de dívida emitidos	408.583	399.888
Letras financeiras	316.950	310.588
Letras de câmbio	91.633	89.300
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	94.006	88.018
Letras financeiras subordinadas	94.006	88.018
Total	502.589	487.906
Circulante	353.142	1.306
Não circulante	149.447	486.600

b. Abertura por vencimento

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Instrumentos de dívida emitidos	-	353.142	55.441	408.583	399.888
Letras financeiras	-	316.950	-	316.950	310.588
Letras de câmbio	-	36.192	55.441	91.633	89.300
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	-	-	94.006	94.006	88.018
Letras financeiras subordinadas (i)	-	-	94.006	94.006	88.018
Total	-	353.142	149.447	502.589	487.906

(i) Os instrumentos elegíveis a capital emitidos pela Companhia possuem opção de recompra a partir de 2024, juros fixos (12,8% a.a.), e contém cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência.

c. Movimentação dos títulos emitidos

	<u>31/12/2019</u>				<u>Pagamentos</u>		<u>30/06/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Marcação a mercado</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Instrumentos de dívida emitidos	399.888	-	8.695	-	-	-	408.583
Letras de câmbio	89.300	-	2.333	-	-	-	91.633
Letras financeiras	310.588	-	6.362	-	-	-	316.950
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	88.018	-	4.991	997	-	-	94.006
Letras financeiras subordinadas	88.018	-	4.991	997	-	-	94.006
Total	487.906	-	13.686	997	-	-	502.589

Em junho de 2020, os títulos emitidos são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) e a taxa de juros pré-fixadas. Os títulos indexados à taxa referencial de juros (DI) variam entre 113% e 119% e os títulos indexados à taxa pré fixada entre 8,35% e 12,80%.

12. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a liquidar - Bandeira.....	11.943.075	12.033.071
Valores a liquidar - Outros sistemas de liquidação.....	76.272	-
Total	12.019.347	12.033.071
Circulante.....	12.019.347	12.033.071
Não circulante.....	-	-

As transações locais realizadas na função crédito seguem, aproximadamente, um prazo de liquidação de D+27, contados da data de processamento das compras; já as transações internacionais, observam o prazo de D+1, também considerando a data de processamento.

As transações realizadas na função débito seguem um prazo de liquidação de D+1 com relação da data do processamento.

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a. Composição de obrigações por empréstimos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações por empréstimos		
No país.....	111.943	137.770
No exterior.....	262.000	249.424
Total	373.943	387.194
Circulante.....	111.943	137.770
Não circulante.....	262.000	249.424

b. Abertura por vencimento

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Obrigações por empréstimos					
No país.....	8.130	103.813	-	111.943	137.770
No exterior.....	-	-	262.000	262.000	249.424
Total	8.130	103.813	262.000	373.943	387.194

c. Movimentações dos empréstimos

	<u>31/12/2019</u>				<u>Pagamentos</u>		<u>30/06/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Variação Cambial</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Obrigações por empréstimos							
No país.....	137.770	-	2.947	-	(27.500)	(1.274)	111.943
No exterior.....	249.424	-	6.503	82.854	(69.883)	(6.898)	262.000
Total	387.194	-	9.450	82.854	(97.383)	(8.172)	373.943

Em 30 de junho de 2020, as obrigações por empréstimos no país possuem taxas pós fixadas entre de CDI +1,05% a CDI +1,60% ao ano. As obrigações por empréstimos no exterior são em dólar e possuem taxa pré fixada de 5,00% ao ano (2019 - entre CDI +1,05% a CDI +1,60% ao ano no país, e pré-fixada de 5,00% ao ano no exterior).

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS COLATERALIZADOS

a. Composição de obrigações por empréstimos colateralizados

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações por empréstimos colateralizados		
Cotas seniores	605.179	684.866
Total	605.179	684.866
Circulante	370.027	269.969
Não circulante	235.152	414.897

b. Abertura por vencimento

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Cotas seniores					
1ª série	33.381	33.365	-	66.746	133.629
2ª série	6.270	18.799	12.617	37.686	50.164
3ª série	27.860	250.352	222.535	500.747	501.073
Total	67.511	302.516	235.152	605.179	684.866

Devido a natureza transacional e de revolvência do produto cartão de crédito, a Nu Pagamentos realizou securitização dos direitos creditórios oriundos do uso do produto cartão de crédito, conferindo aos titulares dos direitos creditórios o direito de recebimento de determinado fluxo de pagamento, presente e futuro.

O FIDC Nu adquire os direitos creditórios através da cessão de uma carteira de clientes que é compatível com a política de investimentos do FIDC Nu. A carteira é precificada levando em conta o saldo devedor de cada cliente na data da cessão e, a partir da cessão, todo o pagamento feito pelos clientes cedidos é feito na conta de titularidade do FIDC Nu.

Esta operação foi realizada através da emissão de três séries de cotas seniores do FIDC e uma quota subordinada, a qual a Nu Pagamentos é a quotista. O resgate da quota subordinada só pode ser realizada após amortização ou resgate integral das quotas sênior.

Em fevereiro de 2019 foi realizada a emissão da última série de cotas seniores no montante de R\$500.000, com vencimento após 36 meses e remuneração indexada ao CDI adicionada de uma taxa de juros pré-fixada.

c. Movimentação das obrigações por empréstimos colateralizados

	<u>31/12/2019</u>			<u>Pagamentos</u>		<u>30/6/2020</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo final</u>
Cotas seniores						
1ª série	133.629	-	2.356	(66.675)	(2.565)	66.745
2ª série	50.164	-	1.622	(12.417)	(1.683)	37.686
3ª série	501.073	-	11.432	-	(11.757)	500.748
Total	684.866	-	15.410	(79.092)	(16.005)	605.179

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a pagar - Fornecedores diversos.....	201.433	227.706
Fiscais e previdenciárias.....	120.103	53.361
Provisões com folha de pagamento.....	68.669	28.696
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	4.771	4.188
Total	394.976	313.951
Circulante.....	394.976	313.951
Não circulante.....	-	-

16. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Civil.....	2.038	1.211
Tributário.....	83.150	83.150
Trabalhista.....	15	83
Total	85.203	84.444

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários, cíveis, trabalhistas e de consumo. Esses assuntos são discutidos nas esferas administrativa e judicial, os quais, quando aplicável, são suportados por depósitos judiciais.

As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos.

As provisões para contingências passivas da Companhia não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo.

a. Provisões para obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 30 de junho de 2020 no montante de R\$2.032 e R\$1.211 em 31 de dezembro de 2019, considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

A título de obrigação legal, a Companhia registra o montante de R\$83.150 em 30 de junho de 2020, mesmo montante registrado em 31 de dezembro de 2019, referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15. O Nubank depositava judicialmente o valor referente a essa causa e registrava na linha de Outros Créditos até julho de 2019, quando a Companhia decidiu desistir do processo e atualmente está aguardando a liberação para conversão dos depósitos judiciais em renda da União.

b. Movimentação das provisões

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Cíveis</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>
Saldo inicial	1.211	83.150	83	809	54.506	-
Constituição.....	2.288	-	1	2.806	28.644	83
Utilização/reversão.....	(1.461)	-	(69)	(2.404)	-	-
Saldo final	2.038	83.150	15	1.211	83.150	83

c. Contingências passivas

Existem processos cíveis de relação de consumo e trabalhistas classificados como de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$16.784 e R\$367 em 30 de junho de 2020, respectivamente, e R\$4.887 e R\$180 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

d. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. O montante total de depósitos judiciais é de R\$85.409, em 30 de junho de 2020, e R\$85.354 em 31 de dezembro de 2019, e estão relacionados substancialmente a causa referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS.

17. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se a rateio de despesas e prestação de serviços entre empresas do Nubank e, por fim, captações realizadas através de outras empresas do grupo.

No curso normal dos negócios, o Grupo emite cartões de crédito, empréstimos, recebe depósitos de funcionários, diretores e acionistas do Nubank. Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de recebimento.

As operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Outros créditos	12.394	9.213
Rendas a receber - Partes relacionadas	12.394	9.213
Rendas a receber - Nu Argentina S.A. - Outras partes relacionadas	-	3.165
Rendas a receber - Nu Bn Servicios México S.A. de CV - Outras partes relacionadas	12.394	6.048
Passivo		
Obrigações por empréstimos	262.000	249.424
Empréstimo no exterior - Nu Holdings Ltd. - Controladora	262.000	249.424
Outras obrigações	3.020	1.865
Valores a pagar - Fornecedores diversos	3.020	1.865
Valores a pagar - Nu Finanztechnologie GmbH - Outras partes relacionadas	1.610	378
Valores a pagar - Nu Argentina S.A. - Outras partes relacionadas	1.410	1.487
Patrimônio líquido		
Reserva de Capital	153.376	104.275
Opções de compra de ações - Nu Holdings Ltd. - Controladora	153.376	104.275

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado		
Despesa de intermediação financeira		
Despesa de juros com empréstimos	(6.503)	-
Despesa com juros - Nu Holdings Ltd. - Controladora.....	(6.503)	-
Outras receitas e despesas operacionais		
Despesas de pessoal	(62.937)	(35.705)
Plano de opção de compra de ações e RSUs - Nu Holdings Ltd. - Controladora.....	(59.678)	(32.506)
Honorários da administração.....	(3.259)	(3.199)
Outras despesas administrativas	(14.300)	(4.738)
Despesas de serviços especializados	(14.300)	(4.738)
Despesa com serviços de tecnologia - Nu Finanztechnologie GmbH		
- Outras partes relacionadas.....	(7.209)	(4.738)
Despesa com serviços de tecnologia - Nu Argentina S.A.		
- Outras partes relacionadas.....	(7.091)	-
Outras receitas operacionais	6.346	-
Receita de prestação de serviços - Nu Argentina S.A.		
- Outras partes relacionadas.....	3.165	-
Receita de prestação de serviços - Nu Bn Servicios México S.A. de CV		
- Outras partes relacionadas.....	3.181	-

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$1.557.410 (R\$1.557.410 em 2019), e está representado por 157.365.162 ações (157.365.162 em 2019), sem valor nominal, divididas entre 157.199.797 ordinárias (157.199.797 em 2019) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2019), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com (i) um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, e (ii) um *Omnibus* Plano de *Restricted Stock Units* (RSU), aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de janeiro de 2020, pela qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Companhia.

Ao final do ano de 2016, a Companhia transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta.

A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção e RSUs nos montantes de R\$59.678 e R\$32.506 nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 totalizadas, respectivamente, R\$49.101 e R\$32.506, em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido; e despesas de impostos corporativos relacionados a RSUs nos montantes de R\$9.122 e R\$0, nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 totalizadas, respectivamente.

Em 30 de junho de 2020, o saldo total da reserva de capital era de R\$153.376, e R\$104.275 em 31 de dezembro de 2019.

19. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receita de operações de crédito	774.281	417.793
Receita de juros de cartão de crédito	706.634	414.647
Receita de juros de empréstimo pessoal	67.647	3.146
Receita de tarifas e similares	901.531	432.585
Receita de intercâmbio	614.855	359.389
Receita de anuidade (Nubank Rewards)	74.351	39.892
Receita sobre recarga	147.119	-
Receita sobre acolhimentos	22.532	4.500
Receita sobre saques	15.148	779
Outras receitas de tarifas e similares	27.526	28.025
Resultado de títulos e valores mobiliários	378.523	169.173
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	80.704	67.905
Resultado de títulos públicos	288.431	78.955
Resultado de títulos privados	3.854	7.387
Resultado de cotas de fundos de investimento	5.534	14.926
Resultado com derivativos	24.882	(739)
Resultado com swaps	3.610	2.607
Resultado com futuro DI	(103.795)	(4.478)
Resultado com futuro dólar	120.128	1.132
Resultado com futuro euro	4.939	-
Total	2.079.217	1.018.812

20. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesa de juros e similares	(294.116)	(153.264)
Despesa de juros com depósitos remunerados	(223.901)	(108.884)
Despesa com títulos emitidos	(23.303)	(6.749)
Despesa com empréstimos tomados	(9.450)	(6.103)
Despesa com empréstimos colateralizados	(15.410)	(20.035)
Despesa com descontos concedidos	(22.052)	(11.493)
Despesa com tarifas e similares	(390.936)	(155.575)
Despesa com tarifas de manutenção de contas	(62.741)	(64.485)
Despesa com tarifas do sistema financeiro	(126.529)	(56.583)
Despesa com tarifas de recarga	(127.425)	-
Despesa com Rewards	(74.241)	(34.507)
Variação cambial	(73.880)	(767)
Total	(758.932)	(309.606)

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Outras despesas relacionadas a crédito	(131.127)	(107.454)
Despesas com análise de crédito e cobrança.....	(72.974)	(35.700)
Emissão de cartões (i).....	(58.153)	(71.754)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(254.649)	(99.939)
Despesas de pessoal	(320.112)	(150.153)
Proventos.....	(173.029)	(73.779)
Encargos sociais.....	(59.514)	(26.564)
Honorário da administração.....	(3.259)	(3.199)
Plano de ações.....	(59.678)	(32.506)
Outras despesas de pessoal.....	(24.632)	(14.105)
Despesas tributárias	(147.248)	(77.042)
PIS e COFINS.....	(125.575)	(67.853)
ISS.....	(14.914)	(8.462)
Outras despesas tributárias.....	(6.759)	(727)
Despesas de provisões	(759)	(226)
Outras despesas administrativas	(177.124)	(121.953)
Despesas de marketing.....	(25.153)	(55.743)
Despesas de tecnologia.....	(52.064)	(22.781)
Despesas de escritório.....	(39.766)	(10.163)
Despesas de serviços especializados.....	(36.720)	(17.474)
Despesas de viagem.....	(5.363)	(2.938)
Depreciação e amortização.....	(6.292)	(3.196)
Outras despesas administrativas.....	(11.766)	(9.658)
Outras receitas operacionais	15.853	1.166
Outras despesas operacionais	(42.668)	(16.482)
Perdas com riscos operacionais.....	(35.694)	(4.698)
Outras despesas operacionais.....	(6.974)	(11.784)
Total	(1.057.834)	(572.083)

(i) Os custos de emissão do cartão de crédito incluem embossamento, embalagem, custos de remessa e outros.

22. TRIBUTOS

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	(128.943)	(198.658)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social.....	51.577	79.465
Adições/exclusões permanentes.....	(18.332)	(17.223)
Efeito de participação em controladas.....	(145)	(3.352)
Outros.....	823	256
Imposto de renda e contribuição social do semestre	33.923	59.146
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(41.232)	(12.769)
Tributos diferidos.....	61.675	71.650
Tributos diferidos reconhecidos em Outros resultados abrangentes.....	13.480	265
Imposto de renda e contribuição social do semestre	33.923	59.146
Alíquota efetiva.....	26,3%	29,8%

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre prejuízo fiscal / base negativa da contribuição social sobre lucro líquido e diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

	Saldo em 30/06/2020	Constituição/(Realização)		Saldo em 31/12/2019
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	297.318	-	43.471	253.847
Outras provisões passivas	131.331	-	37.846	93.485
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	38.459	-	29.685	8.774
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	467.108	-	111.002	356.106
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	4.357	-	(15.719)	20.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	471.465	-	95.283	376.182
Marcação a mercado - Títulos para negociação	(36.419)	-	(33.605)	(2.814)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda	(627)	(627)	-	-
Marcação a mercado - Reflexa controladas	(133)	(133)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(37.179)	(760)	(33.605)	(2.814)
Marcação a mercado - Hedge de fluxo de caixa	13.440	(13.480)	13.480	(40)
Refletido no Patrimônio líquido	13.440	(13.480)	13.480	(40)
Total de movimentação		(14.240)	75.158	

	Saldo em 30/06/2020	Constituição/(Realização)		Saldo em 31/12/2019
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	199.126	-	62.054	137.072
Outras provisões passivas	59.878	-	11.211	48.667
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.364	-	1.364	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	260.368	-	74.629	185.739
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	25.290	-	(2.923)	28.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	285.658	-	71.706	213.952
Marcação a mercado - Títulos para negociação	(56)	-	(56)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(56)	-	(56)	-
Marcação a mercado - Hedge de fluxo de caixa	265	-	265	-
Refletido no Patrimônio líquido	265	-	265	-
Total		-	71.915	

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 30 de junho de 2020, no montante de R\$471.464 (R\$376.182 em 2019), foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2020 é de R\$463.217.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	56.972	34.183	91.155
2021	207.956	124.773	332.729
Após 2021	29.151	18.430	47.581
Total	294.079	177.387	471.465

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguro mais relevante é do risco operacional no valor de R\$174.600, cobrindo os riscos relacionados a incêndios, explosões e danos elétricos.

24. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dos ativos e passivos financeiros indicados abaixo, classificados com base nos vários métodos de mensuração utilizados pela Companhia para determinar seu valor justo.

Ativo	30/06/2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos e valores mobiliários	11.116.024	1.313.379	-	12.429.403
Para negociação	11.116.024	738.964	-	11.854.988
Títulos públicos - Brasil	11.116.024	-	-	11.116.024
Letras Financeiras do Tesouro	6.407.886	-	-	6.407.886
Letras do Tesouro Nacional	4.706.009	-	-	4.706.009
Notas do Tesouro Nacional	2.129	-	-	2.129
Títulos privados	-	738.964	-	738.964
Certificados de depósitos bancários	-	738.964	-	738.964
Letras de câmbio	-	-	-	-
Recibos de depósitos bancários	-	-	-	-
Disponível para venda	-	574.415	-	574.415
Cotas de fundos de investimento	-	574.271	-	574.271
Cotas de fundos de investimento	-	574.271	-	574.271
Títulos privados	-	144	-	144
Letras de câmbio	-	116	-	116
Recibos de depósitos bancários	-	28	-	28
Instrumentos financeiros derivativos	3.655	750	-	4.405
Contratos de futuros	3.655	-	-	3.655
Contratos de swaps	-	750	-	750
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	9.210	-	-	9.210
Contratos de futuros	9.210	-	-	9.210
Títulos emitidos	-	-	94.006	94.006
Letras financeiras subordinadas	-	-	94.006	94.006

Ativo	31/12/2019			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos e valores mobiliários	8.967.575	662.266	-	9.629.841
Para negociação	8.967.575	255.538	-	9.223.113
Títulos públicos - Brasil	8.967.575	-	-	8.967.575
Letras Financeiras do Tesouro	6.775.074	-	-	6.775.074
Letras do Tesouro Nacional	2.190.376	-	-	2.190.376
Notas do Tesouro Nacional	2.125	-	-	2.125
Títulos privados	-	255.538	-	255.538
Certificados de depósitos bancários	-	255.538	-	255.538
Letras de câmbio	-	-	-	-
Recibos de depósitos bancários	-	-	-	-
Disponível para venda	-	406.728	-	406.728
Cotas de fundos de investimento	-	405.688	-	405.688
Cotas de fundos de investimento	-	405.688	-	405.688
Títulos privados	-	1.040	-	1.040
Letras de câmbio	-	114	-	114
Recibos de depósitos bancários	-	926	-	926
Instrumentos financeiros derivativos	453	730	-	1.183
Contratos de futuros	453	-	-	453
Contratos de swaps	-	730	-	730
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	8.226	-	-	8.226
Contratos de futuros	8.226	-	-	8.226
Títulos emitidos	-	-	88.018	88.018
Letras financeiras subordinadas	-	-	88.018	88.018

Transferências entre níveis da hierarquia do valor justo

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. Em 2020 e 2019, não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O Nubank prioriza os riscos que têm um impacto material em seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos com o objetivo de selecionar os riscos que são chaves para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação, preservação e realização de valor, ou que podem corroer o valor já existente, com a possibilidade de haver impactos nos resultados, capital, liquidez e reputação.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos da Companhia, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Nubank considera que uma Declaração de Apetite ao Risco (“RAS”) é um instrumento essencial para apoiar o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e capital da Companhia. O Nubank implementou um RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses riscos, foram implementadas declarações qualitativas e medidas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, mensuração de risco, liquidez e outras medidas relevantes, conforme apropriado.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank permeia a Companhia como um todo, permitindo que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Administração do Nubank adota o modelo de três linhas de defesa, como segue:

- **Primeira linha de defesa:** funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- **Segunda linha de defesa:** consiste nas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. Garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- **Terceira linha de defesa:** composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do Nubank é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Companhia. Os principais comitês e fóruns estão descritos abaixo:

- **Comitê de Riscos:** seu objetivo é assessorar o *Chief Executive Officer* (CEO) e outros diretores no desempenho de suas funções de gerenciamento e controle de riscos, monitorando o nível de exposição a riscos de acordo com a RAS. Também visa adotar estratégias, políticas e medidas destinadas a disseminar a cultura de controles internos e mitigação de riscos aplicáveis ao Nubank. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o CEO, o *Chief Risk Officer* (CRO) e um membro não executivo independente.
- **Comitê de Crédito:** tem como objetivo apresentar, discutir e aprovar mudanças nas políticas de crédito, considerando desempenho histórico e cenários futuros. Ocorre mensalmente e seus membros obrigatórios são o Diretor de Crédito e o CRO.
- **Comitê de Auditoria:** seu principal objetivo é garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, assim como avaliar o desempenho e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa. Ocorre regularmente e seus membros são três membros independentes não executivos.
- **Fóruns Técnicos:** reuniões regulares para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos a seguir possui seu próprio fórum técnico, com a participação de executivos de áreas associadas: Controladoria, Risco Operacional e Controles Internos, Gerenciamento de Ativos e Passivos (ALM) / Riscos de Capital, Risco de Crédito, Risco de Tecnologia da Informação (TI), Proteção de Dados, Compliance, Prevenção a Fraudes, Combate à Lavagem de Dinheiro (AML) e Teste de Estresse. Cada fórum técnico ocorre mensalmente.

Os riscos que monitoramos ativamente incluem crédito, mercado, liquidez, operacional, tecnologia da informação e capital. O gerenciamento desses riscos é realizado através do modelo de três linhas de defesa e considerando políticas, procedimentos em vigor, bem como os limites e fatores da Declaração de Apetite ao Risco.

Diante da crise provocada pelo COVID-19, a Companhia criou um Comitê de Crise com participação direta da administração e monitoramento diário dos principais indicadores da Companhia, englobando os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e estratégico, bem como o monitoramento diário das iniciativas governamentais e novas propostas legislativas decorrentes da pandemia. O objetivo das discussões diárias é antecipar possíveis mudanças no perfil de risco dos clientes e alterações do cenário externo, com o objetivo de tomar decisões mais tempestivas diante de diferentes cenários na crise atual.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à sua deterioração da qualidade de crédito.

Há uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito de todos os produtos, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. Há também uma avaliação dos possíveis impactos de possíveis mudanças no ambiente econômico, a fim de garantir que nossa carteira de crédito seja resistente a crises econômicas.

As decisões de risco de crédito são tomadas na estrutura de comitês e fóruns técnicos, com o envolvimento da primeira e segunda linhas de defesa. Para o processo de tomada de decisão, são apresentadas e analisadas as informações decorrentes do desempenho histórico e dos modelos preditivos internos que analisam e pontuam clientes existentes e potenciais com base em seu perfil de rentabilidade e risco de crédito.

O comportamento dos clientes com atrasos no pagamento é rastreado e monitorado, para melhorar constantemente as políticas e a abordagem na cobrança de dívidas. O Nubank possui políticas de cobrança para maximizar o valor recuperado. As estratégias de coleta dependem dos perfis dos clientes e das pontuações do modelo.

Com a crise provocada pelo COVID-19, a Companhia acompanha diariamente a evolução do perfil de risco da carteira e necessidades emergidas do novo cenário durante e pós-crise. Com o objetivo de mitigar grandes impactos na liquidez e continuar suportando financeiramente os clientes durante a crise, todas as novas produções são analisadas de forma a atender as necessidades dos clientes sempre considerando os níveis aceitáveis de risco pré-estabelecidos. Alinhado à essa visão, a Companhia também passou a oferecer novas opções de reestruturação e renegociação de créditos.

b. Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

Risco de mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de movimentos nos preços de mercado, incluindo os fatores de risco: taxas de juros, ações, taxas de câmbio e commodities. IRRBB refere-se ao risco atual ou prospectivo para o capital de banco e ganhos decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juros que afetam as posições da carteira bancária.

O Nubank possui uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado e o IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados. O Nubank adota uma variedade de métricas de risco de mercado e IRRBB, incluindo sensibilidade a taxas de juros, sensibilidades de EVE (valor econômico do patrimônio) e VaR (valor em risco).

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos. A Administração está autorizada a utilizar instrumentos financeiros, conforme descrito em nossas políticas internas para proteger o risco de mercado e as exposições ao IRRBB.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Nubank não ser capaz de cumprir com eficiência suas obrigações esperadas e inesperadas, atuais e futuras, incluindo as decorrentes de colateralização, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Nubank não conseguir negociar uma posição a preço de mercado devido ao seu grande volume normalmente negociado ou devido a alguma descontinuidade no mercado.

Existe uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez, independente das unidades de negócios, responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e ele foi projetado manter recursos de liquidez suficientes em quantidade e qualidade e perfil de financiamento adequado para atender ao apetite ao risco de liquidez expresso pelo Nubank com base em métricas de liquidez internas e regulatórias.

Os resultados são reportados ao fórum técnico de Gerenciamento de Ativos e Passivos e ao Comitê de Riscos.

d. Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

O Nubank uma estrutura de risco operacional e controles internos responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do design e da eficácia da estrutura de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios (primeira linha de defesa), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados nos fóruns técnicos de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

e. Risco de tecnologia da informação (TI)

Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis decorrentes de uma série de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo segurança cibernética (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (processo ineficaz de gerenciamento de incidentes/problemas, impacto nos níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de dados (falta de conformidade com as leis de privacidade de dados ou lacunas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

O Nubank possui uma estrutura de Riscos de TI, responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e relatar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite por risco aprovados pela Diretoria.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são discutidos regularmente no fórum técnico de Riscos de TI e apresentados ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

f. Gestão de capital

O Nubank implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios.

O objetivo do gerenciamento de capital é estimar os requisitos futuros de capital regulatório com base nas projeções de crescimento do Nubank, exposição a riscos, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável por identificar as fontes de capital, elaborar e enviar o plano de capital para aprovação e monitorar o nível atual dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de ALM e Capital é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, além de revisar, monitorar e recomendar planos de ação relacionados ao capital para o Comitê de Risco.

O gerenciamento de capital da Nu Pagamentos tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil.

A Companhia mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	977.276	1.001.842
Maior valor (b)	6.639.368	5.682.292
Média mensal das transações de pagamento	6.639.368	5.638.599
Saldo de moedas eletrônicas emitidas	4.793.350	5.682.292
Índice de requerimento de capital (a/b)	14,7%	17,6%

Adicionalmente, para atender aos requisitos regulatórios, a controlada Nu Financeira precisa apresentar um nível mínimo de capital, considerando os índices Índice de Adequação de Capital (“CAR”) e Nível 1 de Capital Próprio (“CET1”).

A tabela a seguir mostra o cálculo dos índices de capital e seu requisito mínimo para as pessoas jurídicas do Nubank exigidas pela regulamentação atual no Brasil:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio de Referência (PR)	353.094	186.202
Nível I	268.088	106.050
Capital Principal.....	268.088	106.050
Nível II	85.005	80.152
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	562.028	518.222
Risco de Crédito (RWA CPAD).....	495.650	450.913
Risco de Mercado (RWA MPAD).....	729	-
Risco Operacional (RWA OPAD).....	65.649	67.309
PR Mínimo Requerido	59.013	54.413
Margem PR	294.081	131.789
Índice de Basileia	62,8%	35,9%
RBAN - Capital Requerido.....	15.623	19.740
Margem PR considerando RBAN.....	278.458	112.049

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Aumento de capital - Nu Pagamentos S.A.

Foi aprovado em assembléia geral o aumento de capital e sua subscrição no dia 01 de julho de 2020 no montante de R\$529.850 através da emissão de 86.154.471 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Dessa forma o Capital Social da Companhia passa a ser de R\$2.087.256, divididos em 243.519.633 ações, sendo 243.354.268 ações ordinárias e 165.365 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital da Nu Pagamentos encontra-se em processo de aprovação do BACEN.

b. Aumento de capital de investida - Nu Financeira S.A. - SCFI

No dia 3 de julho de 2020 foi aprovado pela Assembléia geral o aumento de capital no montante de R\$264.925 através da emissão de 311.676.470 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Dessa forma o capital social da Nu Financeira passa a ser de R\$594.925, divididos em 641.676.471 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo aprovado pelo BACEN no dia 6 de agosto de 2020.

c. Emissão de DPGE

Em 7 de julho de 2020, a Nu Financeira realizou emissão de instrumento de Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE) sem alienação de recebíveis, no montante de R\$100.000 remunerado à taxa de CDI + 1% a.a. e com vencimento em 7 de julho de 2022.

Essa captação observa os limites estabelecidos pela Resolução CMN 4.222 de 2013, apurado de forma consolidada pelas instituições associadas ao FGC que sejam integrantes do mesmo conglomerado financeiro ao qual pertence a Companhia, na qualidade de depositária.

ny bank